



LENDO, ESCREVENDO E BORDANDO: REVELANDO AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS ÓRFÃOS ABASTADOS

Talítha Maria Brandão Gorgulho*

talithagorgulho@yahoo.com.br

* Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – Fae/UFMG

Recebido em 30/06/12 – Publicado em 19/10/12

Resumo

As formas de ocupação e de exploração deram características muito peculiares à Capitania de Minas Gerais. A grande presença de negros e a dinâmica da mineração, associada a uma forte urbanização e ao mesmo tempo a uma desenvolvida agropecuária, dão formas únicas à sociedade da Comarca do Rio das Velhas, em especial no século XVIII, que constituía, nas Minas, uma sociedade cultural em constante movimento, com sujeitos ativos em sua própria história. Por esses motivos, é no contexto dessa importante Comarca que se desenvolve o tema proposto nesta pesquisa. Discutindo sobre o que era entendido como educação para o período, através da legislação e do que tem sido mostrado pela historiografia, é que se buscaram indícios das práticas educativas – entendidas como toda relação em que se observa transmissão de saber e transformação de comportamento dos sujeitos envolvidos, de forma concreta.

Por meio dos inventários post mortem, foi possível a observação desses indícios, relacionados à educação, presentes nos bens arrolados, nos traslados dos testamentos, nos autos de contas e tive a possibilidade de perceber diferentes práticas educativas um grupo ainda pouco estudado pela História da Educação: os órfãos de famílias abastadas. Seguindo as indicações das fontes, foi uma lista com essas práticas educativas encontradas possibilitando observar várias práticas educativas dos órfãos das famílias mais abastadas deste período na Comarca do Rio das Velhas. A observação das várias práticas educativas permitiu analisar as diferenças e proximidades entre elas, para os diferentes tipos de órfãos, fossem eles legítimos ou ilegítimos / naturais, homens ou mulheres. Mesmo que não fossem particularidades deste grupo unicamente, pôde-se observar, na pesquisa em que se baseia este artigo, que elas se diferenciavam das estratégias e práticas educativas que vêm sendo observadas para os órfãos das camadas mais pobres da mesma sociedade.

Acredito que a importância de tal estudo está na colaboração que o mesmo dá a discussão acerca conceito de práticas educativas. Conceito este que está ainda em desenvolvimento, principalmente nas pesquisas que vêm sendo elaboradas sobre a educação nas Minas setecentistas, em especial pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Educação na América portuguesa, do qual faço parte.

Palavras-chave: práticas educativas, órfãos e abastados.

Resumen

Las formas de ocupación y explotación dan características peculiares de la Capitanía de Minas Gerais. La gran presencia de negros y la dinámica de la actividad minera, junto con una fuerte urbanización y, al mismo tiempo una agricultura desarrollada, ofrecen una forma única a la sociedad de la Comarca de Rio das Velhas, sobre todo en el siglo XVIII, que fue, en Minas, una sociedad cultural en constante movimiento, con sujetos activos de su propia historia. Por estas razones, es en el contexto de esta importante comarca que se desarrolla el tema propuesto en esta investigación. Discutiendo lo que fue visto como la educación para el período, a través de la legislación y que se ha demostrado por la historiografía, que se busca la evidencia de las prácticas educativas - entendida como cualquier relación donde exista transmisión de conocimiento y transformación de la conducta de los sujetos involucrados de una manera concreta. A través de los inventarios post mortem, fue posible observar que las pruebas relativas a la educación, presentes en los bienes que figuran en las transferencias de voluntades, en los registros de las cuentas y tuvieron la posibilidad de observar diferentes prácticas educativas de un grupo aún poco estudiado por la Historia de la Educación : huérfanos de familias adineradas. Siguiendo las indicaciones de las fuentes, hemos creado una lista de estas prácticas educativas encontradas, por lo que es posible observar las diferentes prácticas educativas de los huérfanos de las familias más ricas de este período en la Comarca de Rio das Velhas. La observación de las diferentes prácticas educativas nos permitió analizar las diferencias y proximidad entre ellos , para los diferentes tipos de huérfanos, sean legítimos o ilegítimos / natural, hombres o mujeres. Incluso sin este grupo en particular, se observó en la investigación que subyace a este artículo, que eran diferentes estrategias y prácticas educativas que se han observado para los huérfanos de los más pobres de la sociedad. Creo que la importancia de este estudio radica en la colaboración para la discusión sobre el concepto de las prácticas educativas. Concepto que aún está en desarrollo, sobre todo en investigaciones que se están desarrollando en la educación en las minas del siglo XVIII, especialmente por lo Grupo de Pesquisa, Cultura e Educação na América portuguesa, a la que pertenezco.

Palabras-clave: prácticas educativas, huérfanos, adinerados.

A historiografia da educação do período colonial apresenta-se, ainda, de maneira muito tímida e com interpretações muitas vezes consideradas tradicionais sobre o tema em toda a América Portuguesa. Estudos sobre os processos educativos não

institucionalizados, ou seja, não pertencentes ao Estado ou à Igreja, que tiveram suas origens nas relações e trocas cotidianas dos sujeitos, como atores sociais, necessitam de uma exploração mais detida. Neste panorama é que se insere a proposta trazida pela pesquisa que deu origem a este artigo, que pretende contribuir para o preenchimento de algumas lacunas existentes sobre a educação no período colonial, somando-se às pesquisas que têm sido realizadas no Grupo de Pesquisa e Cultura da Educação Colonial na América Portuguesa – GCEAP.

O desenvolvimento de pesquisas sobre educação no período colonial tem dado visibilidade ao cotidiano dessas sociedades, às relações vividas pelos sujeitos e aos próprios sujeitos, e como isso era capaz de influenciar os diversos tipos de processos educativos, escolares e outros, que estavam presentes na sociedade colonial, focando principalmente a das Minas Gerais.

Observa-se que a noção de processos educativos é vista aqui como qualquer processo em que se ensina e se aprende algo. Esses processos educativos nem sempre são ligados à cultura escrita, mas não necessariamente a excluem. Eles dar-se-iam, também, através de práticas educativas, fora dos ambientes escolares. Carlos Rodrigues Brandão (2004) afirma que a aprendizagem pode se dar principalmente nas relações familiares, e que mesmo antes de haver escolas já existia a preocupação de ensinar o saber, as crenças e os gestos valorizados por cada sociedade. Por *práticas educativas*, conceito central neste estudo, entendo, assim como defende Fonseca (baseando-se no conceito de práticas culturais tratado por estudiosos como Michel de Certeau, Pierre Bourdier e Roger Chartier), as “maneiras de fazer” cotidianas dos sujeitos históricos, relacionadas social e culturalmente, na construção de seus espaços, suas posições e suas identidades”

(Fonseca, 2009, p.10); ou seja, trato a educação, nesta análise, como sendo uma prática, fruto de relações sociais.

O artigo que ora apresento é parte de minha dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Educação da UFMG em dezembro de 2011, intitulada “Aos órfãos que ficaram”: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Para a realização da pesquisa que resultou nesta dissertação fiz o levantamento e a análise de todos os *inventários post-mortem* encontrados no Museu do Ouro de Sabará/ Casa Borba Gato, referentes ao Cartório do Segundo Ofício e ao período estipulado no estudo, a segunda metade do século XVIII. Esse levantamento rendeu um banco de dados com 488 inventários. Para a realização de uma análise mais precisa, utilizei-me de algumas metodologias e critérios da História Econômica e Demográfica, a fim de conseguir identificar nestes 488 documentos um grupo de sujeitos que considere, relacionando os valores do monte-mor apresentados nos inventários com o número de escravos declarado, os 20% “mais abastados”. Assim pude traçar um perfil das *estratégias e práticas educativas* dos órfãos oriundos deste grupo (100 inventários)¹.

O que trago no atual texto são os resultados obtidos acerca das *práticas educativas* dos órfãos das famílias “mais abastadas” da Comarca do Rio das Velhas, entre os anos de 1750 e 1800, encontradas na documentação. A observação das várias *práticas educativas* me permitiu analisar as diferenças e proximidades entre elas, para os diferentes tipos de órfãos, fossem eles legítimos ou ilegítimos/naturais, homens ou mulheres e, ainda, o que não tratarei neste texto, mas que trato no texto

¹ Ver GORGULHO. “Aos órfãos que ficaram”: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). p. 27-53. (Cap. I da Dissertação de Mestrado)

da dissertação², de acordo com o tipo de relação que tinham com seus tutores. As *práticas educativas* observadas na documentação foram divididas da seguinte forma

Tabela 1 – Práticas educativas encontradas na documentação³

NOME DO GRUPO	A QUE SE REFERE
Criação/educação	<ul style="list-style-type: none"> Quando há no documento apenas a menção de que o órfão está sendo bem “<i>criado e educado com todo o necessário</i>”⁴, não sendo especificado como se dava essa criação/educação;
Ofícios mecânicos	<ul style="list-style-type: none"> Aprendizado de alguma atividade mecânica, como a de alfaiate, sapateiro, costura, bordado, fazer renda; etc.
Instrução elementar	<ul style="list-style-type: none"> Aprendizado das primeiras letras, ou seja, ler, escrever e contar⁵;
Instrução complementar (<i>também chamada de secundária por alguns autores</i>)	<ul style="list-style-type: none"> Aprendizado que vai além do elementar, ou seja, quando o órfão aprende Gramática, Retórica e/ou Música;
Instrução Superior	<ul style="list-style-type: none"> Frequência à Universidade ou ao Seminário.

Nos inventários analisados, entre os 100 que correspondem ao grupo dos “*mais abastados*”, 87 assinalam a presença declarada de órfãos. Foram localizados indícios de *práticas educativas* em 58% dos 87. Nestes há a soma de 281 órfãos, sendo que 140 são do sexo masculino, 139 do sexo feminino, e dois não puderam ser definidos, pois não havia indicação. As *práticas educativas* encontradas, para

² Ver GORGULHO. “Aos órfãos que ficaram”: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). p. 80-105. (Cap. III da Dissertação de Mestrado)

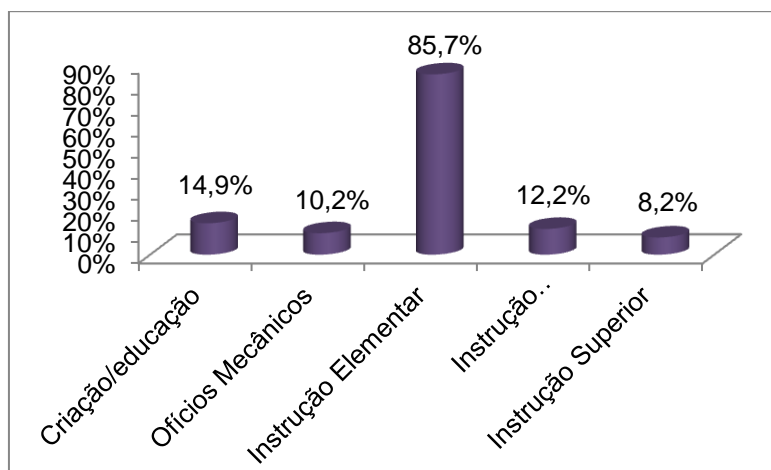
³ A educação moral/religiosa era muito intensa nesse período e feita basicamente através do exemplo, da catequese e das cartilhas utilizadas para o aprendizado de ler e escrever; por esse motivo não foi possível mensurar tal prática, mas se sabe que ela estava presente.

⁴ Termos encontrados nos autos de conta dos inventários analisados.

⁵ Não se deve esquecer que o aprendizado da escrita e da leitura nem sempre associava as duas coisas, podendo o indivíduo saber ler, mas não saber escrever.

ambos os sexos, aparecem divididas da seguinte forma (de acordo com o agrupamento pré-estabelecido e explicitado acima):

Gráfico 1 – Porcentagem dos indícios das *práticas educativas* encontradas nos inventários para os órfãos do grupo dos “*mais abastados*”.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Há, em alguns casos, a associação de atividades de mais de um grupo de *prática educativa*. Por exemplo, para muitas meninas, os ofícios mecânicos de coser e bordar vinham junto com o aprendizado das primeiras letras; ou, como outro exemplo, para poucos meninos, o aprendizado das primeiras letras era complementado com o de Latim e Gramática. Por esse motivo, há casos em que os órfãos aparecem descritos em mais de um tipo de *prática educativa*. Fonseca (2006) afirma que esse mesmo padrão de combinação de diferentes *práticas educativas* pode ser observado nas camadas menos favorecidas e que há exemplos de filhos de sujeitos dessas camadas, como os de oficiais mecânicos, que também aprendiam a ler, escrever e contar; e que a junção dos tipos de educação seria uma garantia de sobrevivência. O aprendizado dos ofícios mecânicos teria a função de garantir o

sustento, e a capacidade de escrita e leitura era vista como a possibilidade de uma ligeira ascensão social.

Não obstante, na presente pesquisa, chama a atenção o alto índice de órfãos que estavam inseridos em *práticas educativas* em que se tinha contato direto com algum nível de aprendizagem da leitura e escrita, identificadas aqui como as *práticas educativas* de Instruções – Elementar, Complementar e Superior. A historiografia da educação no período colonial, tem evidenciado que a educação na América portuguesa no século XVIII era dada de acordo com o gênero do indivíduo e a sua condição econômica e social. Pode-se afirmar que aos menos privilegiados era mais comum o aprendizado de ofícios mecânicos a fim de garantirem um sustento, podendo também se estender ao aprendizado das primeiras letras. Já aos filhos de famílias mais abastadas, as primeiras letras eram ensinadas, assim como Latim, Gramática e as operações fundamentais, além de ofícios manuais para as mulheres. Para o universo das camadas mais privilegiadas da sociedade mineira setecentista, os dados da presente pesquisa reforçam tal ideia, pertinente à educação dos órfãos filhos dos “*mais abastados*”, como se pode observar no gráfico 1.

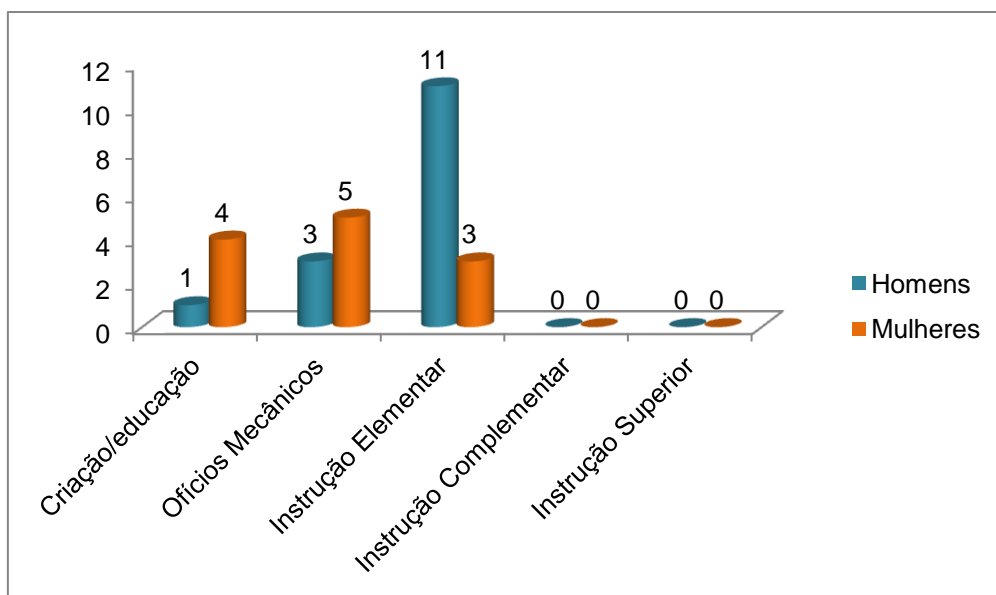
Cláudia Oliveira (2008), ao analisar a Comarca do Rio das Velhas, afirma que nem sempre havia uma relação direta entre as ocupações dos pais e os caminhos seguidos pelos órfãos, conforme as afirmações de Fonseca (2009, p.103) de que nem sempre a formação profissional seguia a condição social familiar, como indicavam as *Ordenações Filipina*. Para a Comarca do Rio das Mortes, na Capitania de Minas Gerais, Morais (2009) conseguiu perceber que há uma relação estrita entre as posses de bens e negócios paternos e as ocupações dos menores. O grande número de filhos ilegítimos/naturais, maior para a Comarca do Rio das Velhas que

para a Comarca do Rio das Mortes⁶, pode ser um dos motivos que ajudam a explicar esse quadro, uma vez que, de acordo com Fonseca (2009), é considerável o número de filhos mestiços de homens razoavelmente abastados que recebiam educação para formação em algum tipo de ofício mecânico, às vezes combinado com o ensino das primeiras letras.

Não foram observadas, para o grupo dos “*mais abastados*”, diferenças significativas das *práticas educativas* vividas pelos órfãos quando relacionadas com as ocupações realizadas pelos pais. Entretanto, para avaliarmos melhor os caminhos tomados pelos órfãos, sujeitos desta pesquisa, e observar se seguiram ou não os passos dos pais, seria necessária a verificação dos inventários dos próprios órfãos. Devido ao curto espaço de tempo que se tem para a realização de uma pesquisa de mestrado, tal análise teve que ser deixada para estudos posteriores, não se constituindo como foco do trabalho realizado. Contudo, alguns dados interessantes, que relacionam as *práticas educativas* com a ilegitimidade/naturalidade dos órfãos, foram possíveis de ser observados na documentação. Verificaram-se, entre os documentos que trazem indícios de *práticas educativas*, 33 órfãos identificados como ilegítimos/naturais. Desses, 26 (15 homens e 11 mulheres) são filhos de homens solteiros; quatro (dois homens e duas mulheres), de mulher solteira; e três (dois homens e uma mulher), de homens casados. As *práticas educativas* encontradas referiam-se a nove mulheres e 12 homens e se apresentaram da seguinte forma:

⁶ Ver GORGULHO. “Aos órfãos que ficaram”: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). p. 27-53. (Cap. I da Dissertação de Mestrado)

Gráfico 2 - Práticas educativas para os filhos ilegítimos/naturais dos “mais abastados”.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Se para os filhos de homens razoavelmente abastados Fonseca (2009) encontra um número considerável de combinação de ofícios mecânicos e instrução elementar, para o grupo aqui abordado, os “*mais abastados*”, o que se observa é o predomínio da instrução elementar para os homens e um leve predomínio de ofícios mecânicos para as mulheres. Esses números são bem próximos aos que foram encontrados para os órfãos dos “*mais abastados*” no geral, ou seja, quando são incluídos os legítimos.

Uma explicação possível para o pequeno número de ofícios mecânicos entre as *práticas educativas* destinadas aos órfãos do sexo masculino, talvez seja o desprezo que a fidalguia portuguesa tinha pelos trabalhos manuais, transposto, de certa forma, como costume também das camadas mais altas da sociedade colonial. Esse

desprezo da nobreza portuguesa, e possivelmente da “nobreza da terra”⁷, dava-se por serem os trabalhos manuais uma atividade que impedia a obtenção de títulos e a ascensão a cargos do governo. A desqualificação dos ofícios mecânicos contribuía para a manutenção da hierarquia social, relegando-se tais atividades aos menos afortunados.

Pensando na relação dos portugueses que se instalaram nas terras coloniais com o saber ler e escrever, Morais (2009) observa um número consideravelmente maior de assinantes dessa naturalidade do que de brasileiros, levando-se em conta os testamentos originais entre 1760 e 1790 (6% de todos os testamentos por ela analisados são assinados por portugueses, e apenas 0,7% por brasileiros). A justificativa para essa comprovação, nas palavras da autora, é a seguinte:

A quantidade elevada de portugueses assinantes pode ser entendida quando se considera que, desde o período das grandes navegações, a escrita era uma ferramenta muito útil para os que saíam de sua terra natal, uma vez que a emigração – da qual são companheiras a ausência, a distância e a falta – pode ser tomada como estímulo para a aquisição das habilidades da leitura e da escrita. (Morais 2009, p. 221).

Foi possível notar, na pesquisa que deu origem a este artigo, que a prática da leitura e da escrita também era mais presente entre os órfãos filhos de portugueses. Dos 51 documentos em que se observam *práticas educativas*, mais de 85% são de práticas que envolvem algum grau de leitura e escrita, como se observa no gráfico 1. Nesses 51 documentos, consegue-se definir a naturalidade de 19 inventariados, e 16 deles são portugueses (quatro do Porto, cinco de Braga, um de Coimbra, um de Lisboa e cinco aparecem apenas definidos como portugueses), ou seja, percebe-se maior indicação de *práticas educativas* de todos os tipos, inclusive das práticas

⁷ Termo usado por Valadares (2004) para se referir ao que ela chama de uma elite mineira, e no atual estudo se refere à parte da camada sócio-econômica mais alta da Comarca do Rio das Velhas, os sujeitos mais abastados encontrados nos inventários.

ligadas às instruções, para os filhos de portugueses. O número de inventários de brasileiros, dentre os indivíduos pertencentes ao grupo dos “*mais abastados*”, em que se observam *práticas educativas* é de apenas três (dois mineiros – em um há indícios de práticas de leitura e escrita e, em outro, criação/educação e ofícios mecânicos – e um da Capitania da Bahia – com práticas de instrução). Os inventários em que não há identificação da origem do inventariado somam 32 documentos nos quais se observam todos os tipos de *práticas educativas*.

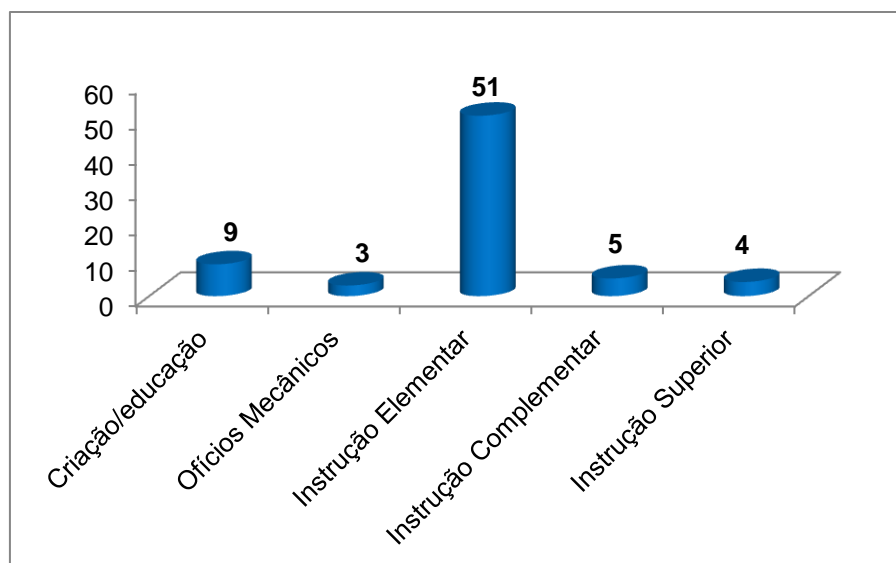
Apesar de o número de órfãos do sexo masculino e feminino ser muito próximo, verificaram-se *práticas educativas* distintas para homens e mulheres, confirmando o que vêm mostrando as pesquisas que analisam educação para ambos os sexos.

Foram observados indícios de *práticas educativas* para 69 dos 140 órfãos do sexo masculino (49,2%), dentro do grupo dos “*mais abastados*”. Desses 69, três aparecem na prática de ofícios mecânicos, um ourives e um alfaiate, e um aprendendo o ofício do pai (que era comerciante), sendo que aquele que aprendeu o ofício de alfaiate, segundo seu pai e tutor, não o exercia e “vivia de escrever papéis no cartório da Ouvidoria”⁸. Para nove outros não é possível afirmar se eles se inseriam em práticas de ofícios ou leitura e escrita, pois aparecem apenas declarações de que estão sendo bem criados e educados (grupo das práticas definidas como criação/educação). Então, pode-se entender que algum nível de letramento⁹ certamente está presente em aproximadamente 87% dos órfãos do sexo masculino abordados nesta pesquisa, como mostra o gráfico abaixo.

⁸ Inventário de Antônia Rangel/CSO-I(19)163. Esse inventário não faz parte do grupo dos “*mais abastados*”, no entanto o órfão nele referido aparece também relacionado no inventário de seu pai José Ribeiro de Carvalho/CSO-I(31)257, este, sim, pertencente aos “*mais abastados*”.

⁹ Por letramento entendem-se níveis e dimensões diferentes de aprendizado da leitura e da escrita cf. Moraes (2009) e Fonseca (2009 p. 9). Sobre o assunto, ver: Magalhães (2000); Batista, Galvão (2002); Schapochnik (2005); Soares (2004); Abreu (1999).

Gráfico 3 – *Práticas educativas* encontradas para os órfãos do sexo masculino.



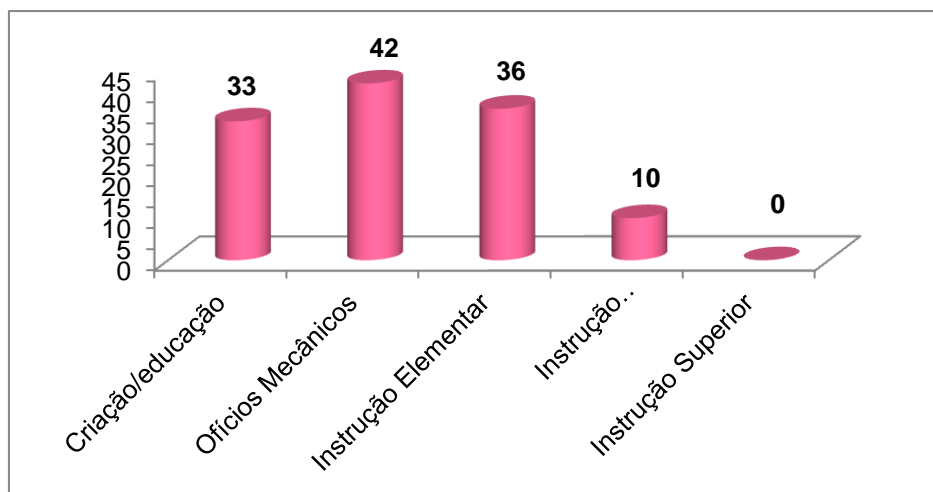
Fonte: Banco de dados da pesquisa

Com relação à educação das mulheres, encontradas como órfãs dos inventariados que tiveram seus documentos incluídos no grupo dos “*mais abastados*” da Comarca do Rio das Velhas, foi possível perceber indícios de *práticas educativas* para 75 órfãs, das 139 que totalizam os documentos (quase 54%). Dessas 75, dez certamente não escreviam, pois aparecem declaradas assim em algum momento do processo, como por exemplo, quando outra pessoa assina em nome delas por elas não serem capazes. Dentre essas dez, seis órfãs aprendiam ou tinham aprendido algum ofício como coser, bordar e fazer renda. Além dessas seis, mais 36 tiveram contato com a *prática educativa* de ofícios mecânicos, juntamente com algum grau da instrução elementar. Uma se encontrava religiosa, tendo frequentado o Convento de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Angra-RJ, e duas tinham aulas de Música. As outras 33 aparecem apenas declaradas como recebendo boa educação

e criação. Não se detectou nenhuma órfã que tivesse chegado ao grau de instrução superior¹⁰.

Então, pode-se afirmar que 48% das órfãs tinham algum grau de letramento e que esse grau muito provavelmente era bastante inferior ao observado para os órfãos do sexo masculino em quadros gerais. A distribuição dos indícios de *práticas educativas* encontradas nos inventários para as órfãs fica da seguinte forma:

Gráfico 4 – *Práticas educativas* encontradas para os órfãos do sexo feminino.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Os dados expostos no gráfico acima vêm corroborar a ideia de que a educação feminina na sociedade luso-brasileira era basicamente a preparação para o papel que as mulheres desempenhavam: o de mães e esposas. De acordo com essa perspectiva, as meninas aprendiam, desde muito cedo, os segredos dos bordados das rendas, dos crivos e da costura. De acordo com Oliveira (2008), o aprendizado desses ofícios manuais serviria tanto para a inserção das mulheres de camadas

¹⁰ Baseada na cultura, nos costumes do Antigo Regime, havia, para o período, uma convenção social que, de certa forma, afastava as mulheres dos ambientes escolares, pois se acreditava que não haveria, para elas, a necessidade da realização dos estudos em escolas, muito menos de terem acesso à instrução superior. Apesar de não haver nenhuma legislação que as impedisse de frequentar tais ambientes, o espaço doméstico seria o mais indicado para a educação das mulheres.

mais baixas nas sociedades mineiras, por meio dos casamentos, quanto para garantir o sustento das mesmas, quando necessário. No entanto, para o grupo dos “*mais abastados*”, a leitura e a escrita, mostram-nos os números, também faziam parte da educação de muitas órfãs. Tem-se algum nível de letramento em aproximadamente 52% das órfãs encontradas nos documentos aqui pesquisados. Para aproximadamente 90%, o indício do contato dessas órfãs com o letramento foi, também, a assinatura das mesmas.

Ao analisar a capacidade de assinar como indicativo de letramento em um grande número de testamentos para a Vila de São João Del Rei, na Comarca do Rio das Mortes, entre 1750 e 1850, Morais (2009) observa que o número de assinantes entre as mulheres brasileiras era significativamente maior que o encontrado para as de origem portuguesa. Afirma ainda que a baixa capacidade de assinar, ou a baixa capacidade de escrita das mulheres portuguesas e espanholas, também foi observada por autores como Justino Magalhães (2001) e Antônio Viñao Frago (1993). Esses autores justificam essa baixa capacidade pelo fato de, durante o Antigo Regime, haver, no caso feminino, um maior controle da escrita em Portugal e na Espanha. Esta habilidade propiciava um poder maior de comunicação e, portanto, maior privacidade; por este motivo, a escrita feminina teria sido mais policiada que a masculina. Viñao (1993) afirma que, para as mulheres, havia a difusão da leitura, não da cultura escrita, já que esta é secreta e pessoal, podendo se tornar “instrumento de perigosa independência”.

Para a presente pesquisa foram observadas apenas órfãs nascidas no Brasil; no entanto, algumas eram filhas de portugueses que poderiam ter mantido a restrição observada em seu país de origem quanto ao aprendizado da escrita pelas mulheres. Contudo, os dados relacionados a essas órfãs, referentes ao acesso a algum nível

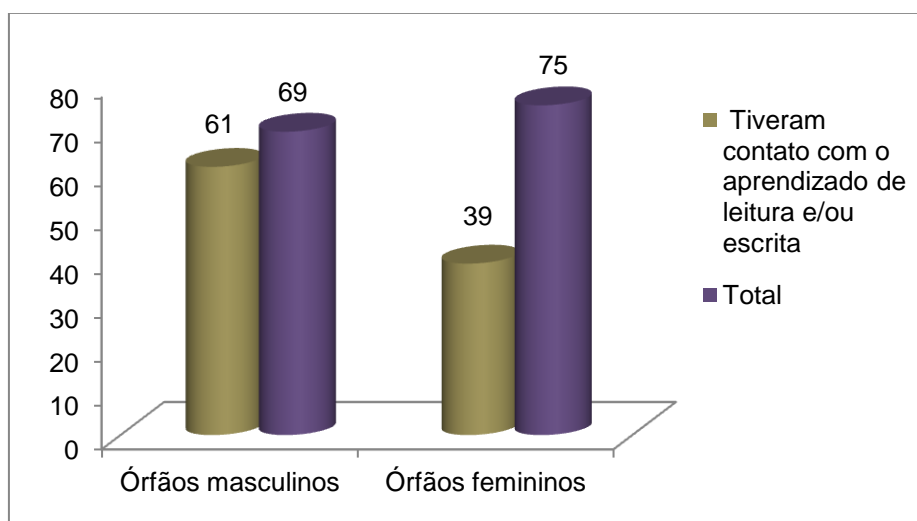
de letramento, mostraram-se relativamente altos se comparados com os menos de 30% obtidos por Moraes (2009) referentes à população como um todo da Vila e termo de São João Del Rei. Mesmo sabendo que os fatores econômicos não são determinantes para a disseminação da cultura escrita, é viável supor que o fato de as órfãs pertencerem a um grupo economicamente privilegiado da população seja uma possível variável que permitiu a maior disseminação dessa cultura entre elas¹¹. Outra questão importante, que pode ajudar a explicar o maior acesso das mulheres à leitura e escrita, é a estruturação menos rígida das sociedades coloniais, e, talvez por esse motivo, essas práticas serem símbolos de *status* sócio-cultural, oportunos, portanto, ao aprendizado das senhoras de respeito dessa sociedade.

Voltando à comparação entre os gêneros Maria Beatriz Nizza da Silva (1996) também faz uma discussão sobre a diferenciação entre a educação masculina e a feminina e afirma que a educação feminina está mais preocupada com a moralidade que com as letras. Rogério Fernandes (2003) reafirma que a educação das mulheres era voltada para a dedicação ao lar, com o aprendizado das “prendas manuais” e as normas morais. Para as órfãs filhas dos inventariados “*mais abastados*”, na Comarca do Rio das Velhas, o mesmo foi verificado, como se nota acima. Apesar de haver um número possivelmente maior de mulheres que aprendiam a ler e escrever, não se pode negar o objetivo e as concepções de educação ideal para as mulheres, de qualquer classe social. o ensino dos ofícios tinha também finalidades morais, e, claro, o ensino da escrita – e sobretudo da leitura – levaria do mesmo modo a este fim.

¹¹ Mesmo não fazendo a comparação com as órfãs dos “*demais*” (grupo dos inventariados, restante da população analisada que não se encaixou no grupo dos “*mais abastados*”), acredita-se ser razoável tal comparação por se tratar de períodos e localidades muito próximos.

Mesmo que o percentual de meninas em que há apenas indicação de estarem sendo “criadas e educadas com todo o necessário” seja alto, a maioria mostrou-se envolvida com a aprendizagem combinada de ofícios mecânicos e leitura e escrita. Contudo, ainda que as órfãs, filhas dos “*mais abastados*”, tivessem grande contato com as práticas educativas de instrução elementar, os resultados obtidos por essa pesquisa demonstram que havia, sim, uma ampla diferença de letramento entre os sexos, com aproximadamente 87% dos órfãos do sexo masculino em contato com o aprendizado da leitura e escrita, e apenas 52% dos órfãos do sexo feminino, como se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Órfãos que tiveram contato com o aprendizado da leitura e/ou escrita (por sexo).



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Com esses dados, o que se pôde verificar foi que os inventários e testamentos dos indivíduos pertencentes a esse grupo mostraram que as *práticas educativas* “aos órfãos que ficaram” estavam diretamente, em sua grande maioria, relacionadas com a inserção no mundo da cultura escrita. Via de regra, independente da atividade exercida pelos pais e da condição de nascimento dos filhos reconhecidos (legítimos

ou ilegítimos/naturais), os “*mais abastados*” da Comarca do Rio das Velhas, na segunda metade do século XVIII, investiam na instrução por meio do letramento de seus descendentes.

FONTES:

Fontes eletrônicas:

Ordenações Filipinas. Disponível em: www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm (acesso em 2009 a 2012).

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Latino e Português*. Coimbra 1712-1728. Disponível em: www.ieb.usp.br/online (acesso em 2009 a 2012).

Fontes impressas:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARVALHO, José Pereira de. *Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico*. 2 ed. Lisboa: Na Tipografia Lacerda, 1816.

Fontes manuscritas:

MO/CBG-IBRAM - Testamentos e inventários referentes ao Cartório do Segundo Ofício (1750-1800).

AHU - cx: 70; doc.: 40 (carta) 24/07/1756. *Lista dos homens abastados*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs). *Cultura Letrada no Brasil: objetivos e práticas*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2005.

ADÃO, Áurea. *Estado Absoluto e Ensino de Primeiras Letras*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. Família e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Honradas e devotas: mulheres na colônia*. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edumb, 1999.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. Brasília/São Paulo: INEP/PUC-SP, 1989.

ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. Campo Grande: UFMS, Imprensa Universitária, 1984.

ALVES, Maria do Céu G. L. R. *Um tempo sob outros tempos: o processo de escolarização no Concelho de Mafra, anos de 1772 a 1896*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2003 (Dissertação de Mestrado em Educação).

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil (1769-1771)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Saraiva, 1978.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005 (Tese de Doutorado em História).

_____. *Homens de letras e leis: a prática da justiça nas Minas Gerais colonial*. Actas do Congresso Internacional O Espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa, 2005.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Brasília: UNB, 1978.

BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Alfredo (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Estruturas, habitus e práticas. In: *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiras: Celta, 2002.

BOTO, Carlota. *Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX*. Revista de Educação da Universidade de São Paulo. Vol. 22, n.1, jan/jun de 1996, p.169-192.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRIQUET, Raul. Instrução pública na colônia e no império (1500-1889). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V. II, n. 4, out 1994.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Bragança Paulista-SP: Universidade São Francisco, 2002.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Nacional, 1968.

CARVALHO, Feu de. Instrução Pública: primeiras aulas e escolas de Minas Gerais (1721-1860). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano XXIV, v.1, 1933.

CARVALHO, José Pereira de. *Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico*. 2 ed. Lisboa: Na Tipografia Lacerda, 1816.

CATANI, Denice Bárbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). *Revista Brasileira de Educação*, jan/fev/mar/abr, 2002.

CUNHA, Paola Andrezza Bessa. *E com nossas devotas assistências e demonstrações se edificam os mais cristãos: educação moral e discurso pedagógico nas associações religiosas leigas*. Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2007 (Dissertação de Mestrado em História).

DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

FERNANDES, Rogério. *Os caminhos do ABC*. Porto: Editora do Porto, 1994.

_____. Estratégias de ironia e de sarcasmo contra a educação feminina em Portugal (séculos XVIII/XIX). *Revista Faces de Eva*. Universidade Nova de Lisboa, n.9, 2003, p. 13-27.

FERREIRA, António Gomes. *Gerar Criar Educar*. Coimbra: Quarteto, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. *Anais do II Congresso Mineiro de História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia-MG: EDUFU, 2003.

_____. Sociabilidades e estratégias educativas numa sociedade mestiça: Minas Gerais, Brasil, século XVIII. *Congresso Internacional O Espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

_____. “Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda”: estratégias educativas na sociedade mineira colonial. *Varia História*. Belo Horizonte: v. 22, n. 35, jan/jun 2006.

_____. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais, das ações das Câmaras às escolas para meninos pobres – 1750-1814. *Anais da 30ª. Reunião Anual da Anped*. Caxambu, 2007.

_____. Um mestre na Capitania. *Revista do Arquivo Público Mineiro, História e Arquivística*. Belo Horizonte: ano XLIII, n.1, jan/jun 2007.

_____. Portugueses em Minas Gerais no século XVIII: cultura escrita e práticas educativas. *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. MNEME – Revista de Humanidades*. Caicó-RN: UFRN, v. 9. n. 24, set/out 2008.

_____. *Letras, ofícios e bons costumes*. Civilidade e sociabilidade na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais (1772-1814)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Homens de Negócios*. A interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 2006.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GORGULHO, Talítha Maria Brandão. “Aos órfãos que ficaram”: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Belo Horizonte. Faculdade de Educação/UFMG. 2011 (Dissertação de Mestrado em Educação).

GUEDES, Ana Isabel Marques. *Os colégios dos meninos órfãos (séculos XVII-XIX)*: Évora, Porto e Braga. Lisboa: ICS, 2006.

HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorum e a política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (orgs). *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001.

JULIO, Kelly Lislie. *Práticas educativas e sociabilidades: mulheres forras em São João del Rei e São José del Rei (1808-1840)*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2007 (Dissertação de Mestrado em Educação).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Alfabetização e história: tendências e perspectivas. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (org). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*. Bragança Paulista-SP: Universidade São Francisco, 2001 (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

_____. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 1994.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MENESES, José Newton Coelho. Educar na oficina: a aprendizagem do artesão no mundo português e as reformas pombalinas do ensino no final do século XVIII. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e (org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições/FAPEMIG, 2011.

MORAIS, Christianni Cardoso de. *Posses e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2009 (Tese de Doutorado em História).

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda. *Educação Feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800): a constituição de um padrão ideal de mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2008 (Dissertação de Mestrado em Educação).

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. Diferentes ao nascer, iguais ao suceder: apontamentos sobre a divisão igualitária dos bens entre filhos legítimos e ilegítimos nas duas margens do Atlântico. In: *NEPS, Boletim Informativo*. Guimarães: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, II série, n.1, julho de 2007.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. *A teia e a trama da “fragilidade humana”: os filhos ilegítimos de Minas Gerais, 1770 – 1840*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2003 (Dissertação de Mestrado em História).

_____. *Segurando as pontas e tecendo tramas: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais 1770 – 1880*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008 (Tese de Doutorado em História).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Ano 20 (2), 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1996.

_____. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, Solange Maria da. *Estratégias e Práticas Educativas dos Negros na Comarca do Rio das Velhas, Século XVIII*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2011 (Dissertação de Mestrado em Educação).

VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas-SP: Papyrus, 1999.

VIANNA, Hélio. A educação no Brasil colonial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.5, n.15, 1945.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Educação: Nascimento, “haveres” e gêneros*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, vol.2, 2007b.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *A alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.